



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo Administrativo: 7717/2022 (impugnação ao edital).

MODALIDADE: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 034/2022 – Tipo presencial

DATA DA ABERTURA: 15 de setembro de 2022

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Processo Licitatório: 829/2022

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ORDEM JUDICIAL, NOS MOLDES DO ANEXO I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII DO REFERIDO EDITAL.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação foi interposta dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S/A.**

Diz o art. 12 do DECRETO Nº 3.251 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, que regulamenta o Pregão, na forma presencial e eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns (...):

Art. 12 - Qualquer pessoa poderá impugnar o edital do pregão ou solicitar esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

DO PEDIDO

Em síntese, alega a empresa que ao analisar o edital, observou-se a existência de vedações que restringem a competitividade e a legalidade do processo licitatório, a serem retificados, para tornar está uma aquisição vantajosa, livre de favoritismos indevidos, respeitando os princípios constitucionais básicos que regem a Administração Pública e outros relativos ao procedimento licitatório. Informa a empresa que: “Ocorre que, o Item II, subitem 2.4.9. do edital, vem de encontro aos princípios da isonomia, legalidade, moralidade e da competitividade, ao ponto de prejudicar à própria administração contratante e aos interessados no certame, sendo que, é de todo conveniente e interesse da Administração que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo, senão vejamos:

2.4. Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

2.4.9 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

(Grifo nosso)

Continua a empresa em sua narração: “No caso em tela, o ato de impedir a participação dessas empresas – integrantes do mesmo grupo econômico, na mesma licitação é essencial para prestigiar o sigilo das propostas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

a isonomia e a moralidade, contudo, **desde que tal restrição seja limitada na disputa pelo mesmo ITEM ou LOTE.**

Em seus argumentos cita artigos da Lei nº 8.666/93, autores como Nery Junior, Marçal Justen Filho, jurisprudências TJSP, entendimento do STJ, entre outros, e solicita a exclusão do item 2.4.9.

Requer a empresa:

“Diante do exposto, para garantir o atendimento aos princípios norteadores do processo licitatório, requer seja dado provimento à presente impugnação, a fim de que sejam realizadas as alterações formais e substanciais acima requeridas, acolhendo-a e promovendo as alterações necessárias nos termos do edital e seus anexos, com sua consequente republicação e retificação na forma requerida”.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Ao analisar a solicitação da empresa percebe-se que não existe na Lei nº 8.666/93 vedação nesse sentido. No art. 9º da referida Lei, estão elencada as hipóteses de vedação de empresas em licitação, não existindo entre elas qualquer uma relacionada ao parentesco societário de licitantes.

De acordo com manifestação do Tribunal de Contas da União: “Não existe vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia entre as licitantes. A demonstração de fraude à licitação exige a evidenciação do nexo causal entre a conduta das empresas com sócios em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação.” (TCU, Plenário, Acórdão 2803/2016, Rel. Ministro André de Carvalho, Sessão de 01/11/2016).

O Tribunal de Contas da União esclareceu, ainda, que a participação de empresas relacionadas “pode ser considerada regular, se atuarem de forma independente, sem arranjos que possam macular a competitividade do certame.” (Acórdão 1539/2014-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER).

Com isso, essa Pregoeira entende que não há vedação a participação no mesmo processo licitatório de empresas do mesmo grupo econômico, desde que as empresas não fraudem a disputa, como ocorreria se houvesse combinação de preços para direcionar o resultado do certame. Entretanto, para aplicação no caso em tela, a própria empresa informa que: “desde que tal restrição seja limitada na disputa pelo mesmo ITEM ou LOTE”, ou seja, entende esta Pregoeira, que as empresas do mesmo grupo participarão de itens/lotos diferentes.

DA DECISÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Diante do exposto e por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública devem ser irrestritamente observados, esta Pregoeira conhece da Impugnação interposta pela empresa **BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S/A**, julgando-a **PROCEDENTE**, tendo em vista sua tempestividade. Com isso, **SUSPENDE** e **REMARCA** o **Pregão nº 034/2022, para o dia 10 de Outubro de 2022, as 10 horas**, com as alterações necessárias e de acordo com os prazos estipulados em Lei. Dê ciência a empresa, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 14 de setembro de 2022.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira